



Narrativas sobre política e a política das narrativas: reflexões sobre o uso de abordagens narrativas no estudo e no ensino de Relações Internacionais¹

Narratives about politics and the politics of narratives: reflections on the use of narrative approaches in the study of International Relations

DOI: 10.21530/ci.v15n3.2020.996

Jessica da Silva Correia de Oliveira²

Resumo

O uso de abordagens narrativas tem ganhado crescente atenção nos estudos de RI. Uma das principais promessas é mobilizar uma diversidade maior de interpretações e explorar a política da contestação de maneiras que corroborem a visão das RI como reflexo da multiplicidade de mundo(s) da política internacional e global. Este artigo traz um mapa geral dos usos de abordagens narrativas nas RI, conectando-as à ideia de “mundanidade”, avançada por Edward Said em sua discussão sobre a política da escrita e da representação na academia. Com isso, busca-se situar essa “virada narrativa” como parte das complexidades de um contexto mais amplo de crise nas

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



1 Parte das reflexões contidas aqui foram inicialmente articuladas na tese de doutoramento intitulada “(Re)imagining resistance: narratives from postcolonial Maghreb and the limits of IR”, cuja pesquisa foi possibilitada pelo financiamento da CAPES, FAPERJ e CNPQ.

2 Doutora em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — PUC Rio. Professora no curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais — Poços de Caldas, Brasil.

(jessicascoliveira@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0039-9416>

Artigo submetido em 28/09/2019 e aprovado em 10/02/2020.





formas eurocêntricas de conhecimento e representação. Observa-se um movimento duplo de desencantamento e reencantamento intelectual que, por sua vez, sugere a produtividade desse desconforto frente às práticas de representação e ao lugar do “eu” na escrita acadêmica. Considerando essas reações e a busca compartilhada por uma relação mais empática entre pesquisador(a) e objeto, acadêmico(a)s e público em geral, professore(a)s e aluno(a)s, a última seção descreve brevemente a experiência do uso de abordagens narrativas em sala de aula, e como aluno(a)s se apropriaram (ou não) da narrativa para conferir sentido ao lugar do “eu” nas RI.

Palavras-chave: RI Narrativa; Autobiografia; Metodologia; Edward Said.

Abstract

Narrative strategies have gained growing attention in IR. One key promise is mobilizing a diversity of interpretations and exploring the politics contestedness in ways that support the view of IR as focused on the multiplicity of the world(s) of international and global affairs. This article brings a broad map of the use of narrative approaches in IR and connects it with Edward Said’s notion of “worldliness” in order to highlight the political aspects of writing and representation within academia. It situates this “narrative turn” within the complexities of a broader context of crisis in Eurocentric forms of knowledge and representation. In addition, it reveals a double movement of scholarly disenchantment and re-enchantment that signals towards the productivity of intellectual unease about representational practices and the place of the “I” voice in academic writing. Bearing in mind these reactions and shared pursuit of a more empathetic relationship between researcher and researched, scholars and the public in general, teachers and students, I thus briefly tell the experience of openly discussing and practicing a narrative approach in the classroom and how students tended to engage (or not) with narrative as a way of making sense of their “I” in IR.

Keywords: Narrative IR; Autobiography; Methodology; Edward Said.

Introdução

O mundo da política internacional é repleto de narrativas. Quando o governo Bush justificou a chamada guerra ao terror, logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, uma história tão poderosa foi contada que nossa visão sobre o mundo está até hoje, em muitos aspectos, condicionada pelo imaginário criado em torno dela (Campbell et al 2007; Wibben, 2011). Em tempos de Trumpismo





e a construção diária de muros reais e imaginados para conter “ameaças” aos Estados Unidos, ao *American-way-of-life* e ao Ocidente; de mídias cada vez mais velozes; do intenso movimento de indivíduos e populações em meio a uma babel de motivações, necessidades e justificativas mais ou menos aceitas pelas sociedades receptoras; de discursos concorrentes acerca do papel humano nas mudanças climáticas e da insustentabilidade do modo de consumo atual sobrepondo-se a imagens e dados sobre locais onde condições insalubres ou o aumento do nível do mar já inviabilizaram a habitação humana; da constante mobilização de imagens da violência e da desigualdade material persistentes em certas partes do globo para, de um lado, sensibilizar e angariar doadores para campanhas humanitárias e, de outro, servir de prova do caráter não-civilizado e atrasado de certas sociedades justificando assim intervenções e uso da força, é possível afirmar: seja em forma, seja em conteúdo, narrativas importam.

Em sua constituição como disciplina, as RI se baseiam em um conjunto de narrativas sobre a formação e expansão do sistema/sociedade internacional e sobre como os atores internacionais desempenham seus papéis nesse ambiente. Como Bartelson (1995), Inayatullah & Blaney (2004), Walker (1993), Weber (2009) e outros destacaram, pode-se sugerir que o campo das RI é “produto de narrativas concorrentes, algumas das quais se tornaram tão dominantes que foram [...] consideradas a única explicação possível para as realidades e a natureza da vida política internacional ”(Moulin 2016, 139). Ao refletir sobre as restrições à “nossa capacidade de imaginar” e falar sobre o mundo dos assuntos internacionais e globais e o tipo de reação que foi sendo gerada em abordagens mais críticas da disciplina, Wanda Vrasti sintetiza: “[a]s histórias que esse campo gosta de contar (...) lidam basicamente com equilíbrio de poder, alianças de segurança e cálculos geopolíticos em um mundo de recursos limitados e pouca socialização”, configurando-se em narrativas “com heróis e vilões extraídos de um elenco previsível de atores nacionais, alianças regionais e organizações internacionais”(2017, 273, tradução livre). Ainda nas palavras de Vrasti, se, de um certo ângulo, o resultado é uma escrita engessada e marcada pela estase e repetição derivadas dessa imagem específica do internacional, de outro, a linguagem da objetividade e autoridade científica pode simplesmente silenciar pontos de vista e minar outras possibilidades do político.

A dimensão das narrativas — ou seja, das histórias que contamos/são contadas sobre o mundo — e a mobilização consciente de estratégias narrativas — como autobiografia, autoetnografia, *storytelling*, ficção etc. — vem ganhando





crescente atenção nos estudos da política internacional e global (Brigg, Bleiker 2010; Dauphinee 2010; 2013a; 2013b; 2015; Doty 2004; 2010; Inayatullah 2011; Mayer 2017; Muppidi 2013; Park-Kang 2015; Shindo 2012; Vrasti 2010; Wibben 2011). Histórias, para além das que ouvimos de diplomatas, líderes políticos, pensadores canônicos, teóricos, e grande mídia, são trazidas para o centro do palco de maneira a expor os diversos mitos que moldam o mundo da política internacional, assim como a violência e os silenciamentos por eles encorajados. Uma das principais promessas daquilo que Elizabeth Dauphinee (2013a) e outros vêm chamando de “RI Narrativas” (*Narrative IR*) é mobilizar maior diversidade de interpretações e explorar a política da contestação, de maneiras que corroborem a visão das RI como um campo disciplinar dedicado ao estudo da multiplicidade do(s) mundo(s) internacional e global.

Enquanto método para refletir/escrever sobre os objetos, sujeitos e temas de estudo das RI, o emprego de abordagens narrativas pode ser um caminho para pesquisadores, professores e estudantes se engajarem com aquilo que Edward Said descreveria como os aspectos “mundanos” das teorias e conceitos de RI — que, como se sabe, podem, por vezes, pecar pelo caráter excessivamente abstrato, convoluto e desconectado das particularidades de tempo e espaço e da materialidade do mundo não pouco violento da política. Além disso, essas abordagens vêm para expor a natureza narrativa das reivindicações de verdade, contidas no discurso acadêmico, encorajando engajamentos mais profundos com a questão da narrativa — seja como substrato escrito, oral ou mesmo sensorial, mobilizado pelos atores sociais para dar sentido às suas ações, seja como formação política mais ampla convertida em “histórias de conhecimento”.

Este artigo visa examinar como a questão da narrativa tem sido incorporada nos estudos de RI. A primeira seção explora alguns usos recentes de abordagens narrativas em RI, discutindo algumas das suas implicações epistemológicas e metodológicas para o estudo da política internacional e global. A segunda seção busca conectar esse mapeamento e alguns aspectos das problematizações acerca da escrita e da política de representação na academia com o conceito de “mundanidade” de Edward Said (1983). Argumenta-se que, ao lermos esse mapa em paralelo às reflexões de Said sobre a relação texto-mundo, é possível situar essa guinada mais recente em direção às narrativas em um contexto mais amplo e complexo de crise nas formas eurocêntricas de representação e produção do conhecimento — bem como da subalternização de saberes daí derivada. Nesse sentido, a noção de mundanidade da crítica nos permite compreender





melhor as reações e a busca compartilhada por uma relação mais empática entre pesquisador e objeto, acadêmicos e o público em geral, professores e alunos. Por fim, a terceira seção trata da experiência do uso de abordagens narrativas em sala de aula e como alunos e alunas de graduação se engajaram (ou não) com narrativas e o exercício proposto de pensar o lugar do “eu” nas RI.

A questão da narrativa em RI: engajamentos recentes

A politização da linguagem e das práticas textuais, ou mesmo a problematização de categorias interpretativas que são fundamentais para o pensamento social — como gênero, classe, raça, poder, ideologia³ etc. — não é algo novo nos estudos de RI. Como se sabe, abordagens feministas, pós-coloniais e pós-modernas foram pioneiras nos usos de uma abordagem discursiva e na articulação de estratégias metodológicas alternativas em suas críticas à ciência, incluindo, é claro, as Ciências Políticas e as RI. A partir da combinação de ideias que emergiram nas interseções dos campos da Literatura, Filosofia, Antropologia e Estudos Culturais, para citar alguns, essas vozes críticas problematizam as RI como campo de investigação que “apaga o status político das mulheres, dos povos colonizados e indígenas, e dos objetos racializados como secundários, ‘anteriores’ ou situados ‘fora’ da política e da normatividade estatal” (Vrasti 2017, 273, tradução livre). As estratégias e objetivos mais específicos dessas abordagens são tão múltiplos e amplos quanto as definições que podemos fornecer para o próprio termo “narrativa”. Contudo, um ponto importante de conexão entre elas reside nas suas tentativas de articular epistemologias e metodologias que reconhecem a complexidade, contingência, multiplicidade e ambiguidade das realidades políticas.

Em um balanço sobre os compromissos com “desenvolvimentos metodológicos e narrativos críticos em RI”, resultantes das discussões em workshop realizado na Universidade de York (Canadá) em 2012, Elizabeth Dauphinee (2013a) relembra como o tipo de abordagem narrativa reflexiva, inaugurado no emblemático artigo de Carol Cohn de 1987, acabou esquecido por pelo menos duas décadas. Neste, a teórica feminista traz um relato brilhante sobre as práticas e a linguagem empregada por profissionais de um centro de defesa nuclear estadunidense, que

3 Sobre abordagens discursivas nos estudos de RI, ver: Campbell (1992), Der Derian & Shapiro (1989), Milliken (1999); sobre gênero, classe e raça da política internacional, ver: Enloe (2004; 2014), Henderson (2013), Krishna (2009; 2015), Vitalis (2005).





ilustra como a política do cotidiano é central na produção de um modo particular de pensar e falar sobre armas, estratégia e vidas humanas que tem sido crucial no sustento da estratégia nuclear dos EUA (Cohn 1987). Como Dauphinee observa, a abordagem narrativa de Cohn foi amplamente aclamada e citada, mas vista principalmente como um comentário sobre os limites da pesquisa, e não como contribuição acadêmica em si mesma. Nesse ponto, Dauphinee fazia referência à atitude reflexiva mais radical de Cohn ao adotar uma postura autoetnográfica — estratégia de escrita certamente inovadora nas RI dos anos 1980 — e escolher expor aspectos de sua posição de pesquisadora, chamando a atenção do leitor aos percalços ao longo do processo, em vez de optar por um caminho de mão única em direção a uma conclusão puramente voltada aos objetivos científicos daquela pesquisa em particular.

Como destaca Vrasti (2017), a tríade hifenizada “etnografia-autoetnografia-autobiografia” vem sendo amplamente mobilizada e citada em intervenções que buscam “dar conta das dimensões da diferença, subjetividade e desejo na linguagem” na pesquisa e na escrita em RI. Embora existam diferenças consideráveis entre essas estratégias — incluindo as formas como são empregadas no escopo de cada projeto de pesquisa —, elas, por vezes, aparecem sobrepostas enquanto gêneros de redação acadêmica atentas à “tradução textual” do trabalho de campo e da experiência pessoal do pesquisador. A própria Vrasti está entre os defensores da etnografia como um modo participativo e dialógico de escrita, em vez de mera metodologia — especialmente no significado mais tradicional da palavra. Nesta perspectiva, embora a etnografia seja vista como um “processo para organizar o conhecimento e comunicar a experiência”, cujos métodos permitem às vezes “olhar para lugares e captar detalhes que outros métodos não registrariam” — razão pela qual se tornou corriqueira entre feministas e pós-coloniais, por exemplo —, existe também o perigo iminente de que se torne “uma relação extrativista com o mundo ao seu redor”. Ou seja, mesmo abordagens narrativas de inspiração etnográfica (ou autoetnográfica) correm o risco de cair nas mesmas “tentativas documentalistas” e de busca *da* verdade já presentes na Antropologia realista e nas abordagens convencionais de RI (Vrasti 2017, 275).

O tipo de postura promovida na abordagem narrativa, discutida por Vrasti, reorienta as questões de autoridade e subjetividade por meio de esforços que podem começar com perguntas tão simples (e, mesmo assim, inovadoras) quanto “onde estão as mulheres?” — tal como feito por Cynthia Enloe (2004; 2014). Vistas desse ângulo, abordagens narrativas podem ajudar a abrir o campo à “multiplicidade





de narradores e vozes [...] que continuam deslizando pelas fendas das relações interestatais” (Moulin 2016, 142). Além disso, como já colocado, podem abrir espaços para questões relacionadas às “convenções narrativas” e à “autoridade explicativa” do pesquisador (Vrasti 2010, 87). Em outras palavras, a atenção à política da escrita, tal como sugere Vrasti, torna possível abordar a relação entre pesquisador e objeto, narrador e narrativa, e as maneiras como se conecta a questões de poder e autoridade. Da mesma forma, abrem-se aqui possibilidades para abordar domínios ainda mais profundos — como da inquietação, culpa e/ou raiva — que podem ter relação, ao menos em parte, com o movimento de busca por verdades alternativas à encorajada pela argumentação científica positivista.

O interesse na narrativa não apenas como meio de comunicação, mas também como material apropriado para o conhecimento acadêmico em RI, tem sido tema corriqueiro de fóruns e revistas acadêmicas. Uma das repercussões mais explícitas do workshop organizado pela York University, citado acima, por exemplo, foi a publicação das reflexões de alguns de seus participantes em um fórum sobre metodologias críticas e narrativa em RI na página eletrônica *The Disorder of Things* — de considerável repercussão entre estudantes e acadêmicos, especialmente da ala mais crítica da disciplina. Em 2010, a *Review of International Studies* publicou vários artigos do fórum sobre o assunto. O mesmo caminho foi seguido em 2016 pela *Crítica Contemporânea — Revista de Teoria Política*, com o lançamento de um dossiê sobre política e narrativa. Periódicos mais novos na área, como o *Critical Studies on Security* e *Critical Military Studies*, por exemplo, mantêm políticas de submissão que aceitam ficção e poesia em suas seções especiais. Um espaço também foi formalizado recentemente no *Journal of Narrative Politics*, uma publicação interdisciplinar editada por Dauphinee, Jenny Edkins, Naeem Inayatullah, Narendra Kumarakulasingam, Dan Öberg e Paulo Ravecca.

Talvez uma das vozes mais militantes em defesa da escrita autoetnográfica como alternativa para lidar com as questões de poder e autoridade na academia, Doty (2004) alerta para a ausência fictícia do “eu” do(a) pesquisador(a) na escrita acadêmica. Como problematiza a autora: “[a] voz que ecoa em nossos diários é muitas vezes fria, desapegada, desprovida de alma e identidade humana. Como escritores acadêmicos, não temos personalidade na página, nenhuma conexão com o mundo dos seres humanos. Nossos escritos nos afastam de todos, exceto de nós mesmos” (p. 381). No entanto, essa ausência do “eu” no texto acadêmico é





profundamente política. Como salienta a autora, a série de exclusões e sanitizações que ocorrem neste modo objetivo e “desarraigado” de narrativa nada mais é do que uma tentativa malsucedida de ocultar as emoções e a inevitável conexão entre escritor e o mundo que ele deseja retratar. Para além de chamar atenção para a artificialidade e a violência inerentes à escrita acadêmica tradicional, Doty defende o valor político de um movimento em direção à “textualidade insurrecional” (Shapiro 1989). Ou seja, uma “prática de escrita resistente a modos familiares de representação, e autorreflexiva o suficiente para mostrar como as práticas de significação e escrita estão radicalmente entrelaçadas” (Shapiro 1989, 13). Doty recorre então à terminologia de Roland Barthes para sugerir que, embora a escrita acadêmica se pretenda uma “escrita grau zero”, a tentativa de ocultar sua luta constante para “parecer inocente” — colocando o desejo por um “estilo neutro” acima do compromisso ético-político que deve haver entre pesquisador e objeto — acaba, paradoxalmente, expondo sua qualidade de “estilo desejoso da ausência de estilo” (Doty 2004, 386). Em outras palavras, a ausência do “eu” acadêmico é (e só pode ser) fictícia, pois “há sempre voz na escrita, mesmo quando a voz da ausência”⁴ (p. 383).

Assim como Vrasti, Doty destaca o potencial da escrita autoetnográfica em lançar luz sobre as “outras vozes” presentes no texto. Nesse sentido, o desejo da autora, sem dúvida, compreende, como ela mesma declara, “a necessidade de transformar as relações internacionais em um diálogo intercultural mais abrangente, que [...] inclua vozes marginalizadas e seja capaz de refletir sobre os possíveis significados dessa inclusão” (Doty 2004, 381). No entanto, ainda que afirme que abrir a disciplina às “outras vozes” (ou seja, dos numerosos seres humanos excluídos dos espaços dominantes de produção do conhecimento) seja um passo em direção ao caminho mais complexo de “fazer conexões em nossos escritos” (Doty 2010, 1050), o movimento por ela proposto por vezes soa mais como uma busca pela cura das “doenças de nossas almas [acadêmicas]” do que uma abertura mais ampla. Nesse sentido, são duas as leituras possíveis do argumento da autora: uma, certamente mais cética, na qual as “outras vozes” de que fala acabam se limitando às vozes do “eu” (ainda marcadamente acadêmico), que intelectuais são encorajados a sepultar sob a autoridade da voz acadêmica e da “esterilidade das histórias” que contam; e outra, na qual o processo de

4 É importante notar aqui que o entendimento de “voz” em Doty não necessariamente se refere apenas ao indivíduo autor, mas principalmente ao texto em si mesmo. Nesse sentido, deve-se levar em consideração a orientação pós-estruturalista da autora. Sobre esse tema, ver também: Foucault (1984).





cura das “doenças de nossas almas” deve incluir a exposição dos textos, teorias e “identidades acadêmicas” a um compromisso e engajamento contínuo com “pessoas reais”. “Pessoas reais” aqui incluiria não apenas um “nós” acadêmico — “quem e o que ‘nós’ somos, como ‘nós’ nos envolvemos em ‘nossos’ esforços acadêmicos” (Doty 2004, 381), mas também aqueles que são sujeitos das práticas representacionais do discurso acadêmico.

O ímpeto por trás da abordagem autoetnográfica trazida por Dauphinee é um tanto diferente. *The Politics of Exile* (2013b) vem com a proposta de um texto híbrido entre romance e relato acadêmico autoetnográfico, e pode ser lido como uma tentativa mais aberta de lidar com a culpa e a raiva da construção de carreiras sobre as dores e os escombros da guerra. Em resumo, o livro trata do encontro de uma acadêmica com seu objeto de pesquisa — a guerra da Bósnia e suas consequências —, narrado em tom lírico e abertamente emocional e através dos enigmas que envolvem e conectam a vida de uma jovem acadêmica (identificada ao longo do livro como “a jovem professora”) e a vida de civis e combatentes envolvidos no sangrento conflito ao qual ela dedica sua carreira de pesquisadora. Os parágrafos iniciais da narrativa tocante de Dauphinee permitem vislumbrar a dimensão das escolhas impossíveis que são enfrentadas quando na posição de pesquisador(a) — especialmente diante de temas como o conflito armado. Nesse âmbito, a mudança na forma narrativa em relação a seus escritos anteriores pode ser concebida como uma intervenção com claros objetivos políticos e éticos por parte da autora. Como ela mesma vai apontar certa ocasião, seu afastamento da abordagem argumentativa predominante no anterior *The Ethics of Researching War* [2007], em favor de uma narrativa construída na fronteira do que poderia ser definido como romance ou mesmo relato autobiográfico, reflete “uma política de esperança” (Dauphinee 2013c). Nesse sentido, a abordagem autoetnográfica adotada parece ir mais longe, com o objetivo, também expresso em Doty, da busca por uma ética intelectual do encontro, ou seja, de um compromisso com a escrita como um exercício de conexão com o mundo “real”. Se o “mundo” ao qual Doty parece se referir ainda parece largamente confinado às múltiplas vozes do “eu” do(a) escritor(a)-acadêmico(a), a abordagem de Dauphinee sinaliza em direção a “uma consciência da real dificuldade daquilo que essa ética tentou cumprir, a saber, expor o pesquisador ao escrutínio do seu objeto de pesquisa de maneira que possibilite reconhecer seu trauma (...)” (Dauphinee 2013c, 350).

O que exercícios autoetnográficos como os de Doty e Dauphinee têm mostrado são os desafios inerentes à tentativa de entender “todas as muitas camadas de





razões e motivações” por que agimos e escrevemos. No entanto, como a autora vai alertar, “priorizá-las de maneira fixa ou transhistórica” também traz perigos (Dauphinee 2013c, 349), como o risco de transformar exercícios em direção à liberação da voz do “eu” na escrita acadêmica em exercícios de autoindulgência intelectual, que podem acabar replicando a distância entre pesquisador e objeto. Como bem apontam Roland Bleiker e Morgan Brigg (2010), a escrita autoetnográfica corre sério risco de se tornar inatacável, se não deixadas explícitas as motivações ético-políticas que a conduzem. Sob o perigo de se tornar uma questão de “purificação autoindulgente” (Brigg, Bleiker 2010, 276), a esperança que esse tipo de reflexividade desperta é a de, eventualmente, “quebrar a barreira e achatar as hierarquias que separam a academia das pessoas, comunidades e lugares que investiga” (Vrasti 2017, 277).

Motivações e obstáculos semelhantes parecem assombrar aqueles poucos que ousaram recorrer à escrita autobiográfica como alternativa ao apagamento da voz do estudioso-escritor e outras complexidades inerentes à dimensão do “eu” nas RI. Nesse ponto, vale destacar que, embora tanto a autoetnografia como a autobiografia sejam formas de narrativa profundamente preocupadas com o “eu”, há uma diferença de enfoque importante entre elas. Se, por um lado, ambas são modos de escrita política e emocionalmente carregadas, que operam na interface entre os componentes pessoais e profissionais na pesquisa, por outro lado, relatos autoetnográficos normalmente são mais explícitos e exigentes quanto ao compromisso “de fazer conexões com outros e com o mundo” (Park-Kang, 2015, p.365), especialmente no que toca à dimensão particular do encontro entre pesquisador e objeto de pesquisa (ver Vrasti 2010, 2017).

O volume “*Autobiographical International Relations: I, IR*” [2011], editado por Inayatullah, é um exemplo desse movimento. No capítulo introdutório, Inayatullah (2011, 1) começa contando sua própria trajetória “rumo ao precipício da autobiografia” e como as andanças individuais de outros estudiosos de RI se interseccionam num esforço semelhante de dar sentido à dimensão do “eu” nas RI. Como observa, “[a] escrita acadêmica supõe uma ficção precária”, na qual a ausência do autor é um pré-requisito para a forma de narrativa autorizada, supostamente objetiva e destacada do mundo que analisa e representa. A exposição dessa “distância fictícia” e, portanto, da inevitável presença do “eu” na escrita acadêmica se torna o fio condutor entre os capítulos do volume que, à sua maneira, demonstram como as narrativas pessoais influenciam as articulações teóricas e como os “compromissos teóricos/práticos” dos autores não estão separados





de “suas necessidades e feridas” enquanto seres humanos e sujeitos políticos (Inayatullah 2011, 5-6). No entanto, como aponta o próprio Inayatullah (2013, x) em outra ocasião, essa forma autobiográfica e não convencional de escrita não é uma tarefa fácil. De fato, como observa Park-Kang (2015), há uma tensão perceptível ao leitor desde as páginas introdutórias até a conclusão do volume. Peter Mandaville, autor do epílogo, confessa sua própria experiência de angústia ao tentar lidar com sua tarefa original de escrever um capítulo autobiográfico e, posteriormente, o alívio de a ter recusado e então assumido com maior segurança “um papel mais familiar como comentarista” (Mandaville 2011, 196).

Mais recentemente, Inayatullah e Dauphinee co-editaram uma coleção de ensaios em linha semelhante, porém de forma a abarcar abordagens narrativas para além da autobiografia. No breve capítulo introdutório de “*Narrative Global Politics — Theory, History and the Personal in International Relations*” [2016], os editores reforçam a “urgência” em colocar a “questão narrativa” como problema teórico relevante na escrita acadêmica e na relação entre intelectuais e o mundo que buscam investigar. Nesse âmbito, a autobiografia é apenas um dos muitos enigmas narratológicos a serem levados a sério quando se escreve sobre política de uma perspectiva global. As linhas entre autobiografia, autoetnografia ou a noção mais geral de narrativa não são diretamente problematizadas no volume, já que são consideradas menos importantes do que a própria política da escrita em RI. Na dimensão de cada um dos capítulos seguintes, adota-se a postura de “expor as sobreposições entre questionamento acadêmico e os arcos tangenciais do ato tão humano que é contar histórias” (Inayatullah, Dauphinee 2016, 2).

Assim, conceber os relatos de RI como narrativas políticas, em vez de explicações científicas e incontestáveis, permite não apenas expor aspectos do que Cynthia Weber, parafraseando Clifford Geertz, chamou de “a função do mito na teoria da RI” (Weber 2009, 7). Como defendido por aqueles que vêm adotando esse posicionamento, tratam-se de estratégias de aperfeiçoamento da pesquisa acadêmica menos em termos da busca por *uma* verdade sobre o mundo “lá fora” e mais em termos de explicações e entendimentos possíveis (ver Suganami 2008). A partir desta breve revisão de alguns dos trabalhos que adotaram uma abordagem narrativa em RI, é possível então inferir que há uma crença (ou ao menos uma esperança) compartilhada de que metodologias narrativas permitem que pesquisadores de RI: repensem as “ficções” da verdade científica e da escrita largamente técnica empregada; reconsiderem o lugar do político nas RI, reconhecendo a multiplicidade de *loci* de enunciação e ação





que molda a política global, tanto a partir dos centros de poder quanto de suas margens; e adotem uma postura mais reflexiva e ética em relação aos objetos de pesquisa e em relação à sua própria posição de pesquisador e sujeito político. Nestes termos, é possível observar aqui um duplo movimento: de um lado, um desencanto sintomático diante das deficiências e limites persistentes nas práticas de produção de conhecimento e no campo das RI enquanto tal; e, de outro lado, um florescer de engajamentos críticos em direção a esses limites e acompanhados de “uma espécie de reencantamento do mundo da política global com uma maior diversidade de vozes, personagens e histórias” (Vrasti 2017, 273). Possivelmente, é neste duplo movimento de desencantamento e reencantamento acadêmico que podemos traçar o crescente interesse em abordagens narrativas e formas alternativas de pesquisa e escrita no campo das RI.

(Des)engajamento intelectual e o mundo

Como visto, os movimentos em direção à RI narrativa são fruto de compromissos críticos e de críticas contundentes acerca de como a disciplina tem lidado com seus objetos de conhecimento, seus vínculos com projetos e visões de mundo fortemente opressivos e orientados para a política interestatal, e sua “imaginação provincial”, inegavelmente enraizada em uma história de hierarquias globais (Muppidi 2013). Nessa perspectiva, narrativas não apenas definem ontologicamente as maneiras como percebemos e agimos no mundo, mas podem também ser convertidas em estratégia para conhecer e questionar os traços violentos inerentes à produção e transmissão de conhecimento na academia, encorajando a adoção de uma atitude de não-indiferença em relação aos sujeitos e dinâmicas que busca representar. O que está em jogo aqui não é apenas uma ruptura epistemológica com os critérios positivistas tradicionais de produção de conhecimento, mas a articulação de um compromisso ético-político de encurtar a distância entre o espaço institucionalizado de produção de conhecimento, que é a academia e o mundo que ela tenta compreender.

O tema do isolacionismo acadêmico foi amplamente explorado por Edward Said em seus escritos, especialmente em trabalhos mais tardios nos quais aborda a crítica literária de uma perspectiva que destaca as conexões entre textos e o mundo com os quais se relacionam e pretendem representar. O conceito de “mundanismo/mundanidade” [*worldism/worldliness*], a discussão relacionada





sobre o que significa vincular texto ao contexto, conhecimento e (a esperança) de transformação social, e seu apelo pela “diligência” intelectual [*intellectual wakefulness*] — traduzido no conceito de “consciência crítica secular” ou simplesmente crítica secular — são dimensões particularmente relevantes para discussão aqui. Obviamente, as ideias de Said também devem ser recuperadas de maneira crítica e situada. O que se sugere aqui é que algumas de suas intervenções podem nos ajudar a situar as motivações e forças operantes — sejam de cumplicidade ou resistência — nesse recente movimento em direção a abordagens narrativas em RI.

Na busca por entender como os elementos das formas culturais hegemônicas e do autoritarismo atuais tomaram forma, bem como as possibilidades de resistência contra eles, Said chama a atenção para as maneiras pelas quais o “conhecimento ocidental” — para usar a terminologia de Linda Tuhiwai Smith (1999) — construiu narrativas históricas capazes de estabelecer limites duradouros para o que é conhecimento válido. Naturalmente, são criadas aí também as delimitações sobre quem tem o direito de conhecer e de falar em nome desse conhecimento válido. Em “*The World, the Text and the Critic*”, Said aborda alguns exemplos do cânone do pensamento europeu moderno como “instâncias textuais” do etnocentrismo, que tem sido cúmplice e vem continuamente reforçando a cultura hegemônica por trás dos empreendimentos imperiais e coloniais europeus — esforço certamente análogo às discussões inauguradas em *Orientalismo* (Said 1978). A continuidade dessa hegemonia cultural é garantida, por exemplo, na forma como as ciências eurocêntricas e a academia tradicional estabelecem e constantemente reforçam até mesmo as circunstâncias a partir das quais pode emergir a crítica e, posteriormente, sua chancela como a contradição que é legítima e passível de se tornar conhecimento válido. Como destaca, a autoridade desse sistema cultural não vem apenas de seus cânones, de sua aparência de neutralidade política, seus “jargões camuflados” e forma instituída de crítica, mas também “do modo como essa continuidade reproduz a continuidade filial da cadeia de procriação biológica” (Said 1983, 22). Assim, mesmo a crítica é uma instituição acadêmica, que pode facilmente cair em exercícios contemplativos descolados do mundo, no formalismo e no oportunismo profissional incentivados pela própria comunidade interpretativa a que pertence.

Nessa perspectiva, o problema não está exatamente nos exercícios de alta teorização e abstração, que são partes de fato da “coisa acadêmica”, mas na





desconexão que “sistemas herméticos” como as ciências eurocêntricas tendem a gerar (Said 1983, 25- 26). Said sugere então dois opostos para defender o que chama de “crítica secular”, ou seja, um posicionamento que objetiva reconectar o questionamento acadêmico ao mundo e conceber textos como formas políticas significativas: crítica/consciência crítica secular e crítico acadêmico/intelectual público. A busca aqui é por salientar a dimensão ética e política — ou mundana — do ofício intelectual ou, em outras palavras, repensar textos — o que, claro, inclui a escrita acadêmica — em seus contextos. A noção de “consciência crítica secular”, como o termo já sugere, traz à tona a ênfase de Said no secularismo ou, em outras palavras, na “mundanidade” das formas culturais e sociais. Relaciona-se com a concepção de que “seres humanos fazem sua própria história” (Said 2001 apud Giroux 2004, 345) e que, por essa mesma razão, é preciso “reconhecer os múltiplos locais nos quais um apelo irracional às escrituras, autoridade divina e outras formas extrassociais de dogmatismo [...] minam a possibilidade de ação humana” (Giroux 2004, 345). Nesse sentido, a noção de crítica secular não pode deixar de estar intimamente ligada a uma “política de crise”, como sugere Henry Giroux. Em outras palavras, a crítica secular aqui se refere a uma noção particular de mundanidade, na qual política e práticas de teorização nunca estão separadas. A política de crise, no contexto da produção do conhecimento, refere-se, assim, a como as narrativas do conhecimento incorporam, em vez de simplesmente descrever, as conexões e desconexões entre teoria e vida pública, vinculando “conhecimento e aprendizado ao espaço performático e mundano da ação, incentivando indivíduos não apenas a pensar criticamente sobre o mundo ao seu redor, mas (...) intervir na vida pública e enfrentar a miríade de relações simbólicas, institucionais e materiais de poder” (Giroux 2004, 340, tradução livre).

Nessa perspectiva, mais que mero condutor para formas já instituídas de crítica, o papel do intelectual público — em oposição ao “acadêmico crítico” — é conectar conhecimento à política, texto ao contexto, crítica à mudança social. De forma relacionada, aquilo que Said chama de “consciência individual” e sua propensão para a transformação social vai além da dimensão individual, referindo-se mais a uma força social em si mesma, ainda que invariavelmente embutida no sistema cultural onde a dinâmica da afiliação acontece. Logo, a agência pode tanto se traduzir como resistência como complacência, e mesmo os termos de resistência podem operar tanto dentro dos limites da linguagem estabelecida e sua replicação, ou se configurar numa busca por esculpir uma





linguagem alternativa para si mesma⁵. É aqui que Said discute as diferenças entre “crítico” e “intelectual público”. Em última análise, o papel do intelectual público não é consolidar qualquer tipo de autoridade, mas compreendê-la, interpretá-la e questioná-la de maneira significativa e “mundana”.

Essa conexão íntima entre o papel e responsabilidade do intelectual público aparece ainda mais claramente no engajamento de Said com os escritos de Frantz Fanon. No seu clássico *“Les Damnés de La Terre”*, Fanon traz um retrato vívido do domínio colonial e suas capilaridades e defende que a resistência anticolonial deve se preocupar não apenas com a necessidade imediata de independência em relação ao colonizador estrangeiro, mas também com a libertação do jugo da burguesia nacionalista, que mantém a subalternidade operante dentro da antiga colônia. Segundo Fanon, sem a transição de uma consciência nacionalista indiscriminada para uma consciência social e econômica mais profunda, a opressiva elite nacionalista permanece enraizada e a sociedade pós-colonial presa a uma posição periférica no sistema mundial. E é precisamente por isso que, segundo Fanon, a resistência deve ser um empreendimento bifocal: uma luta nacionalista contra o invasor colonial e uma luta universal contra a burguesia (Fanon 1963/2004). Nesse aspecto, Said parece levar em conta a leitura de Sartre sobre Fanon. Nas palavras de Sartre, da perspectiva Fanoniana, “a única cultura verdadeira é a da revolução; ou seja, é uma cultura constantemente em formação” (Sartre 1963/2004 12, tradução livre). Aqui, a política da crise é novamente destacada, uma vez que pode ser interpretada como uma definição possível para o estar “constantemente em formação” e, portanto, atenta ao espaço público de luta, política e poder. No que diz respeito ao espaço da produção de conhecimento e das narrativas de conhecimento (que são o foco principal de Said), sentimentos de inquietação e incerteza diante da mundanidade das relações e aspirações humanas aparecem como uma força produtiva, alimentando a consciência crítica e impedindo o fechamento.

Vale mencionar que, ainda que Said tenha sido inspirado por Fanon em muitos sentidos, este traz um contraponto importante à forma com que Said visualiza o papel do intelectual público pós-colonial/diaspórico enquanto principal mediador desta cultura revolucionária em formação (Said 1994). Fanon foi profundamente

5 Aqui o argumento de Said sobre diferentes formas de crítica se aproxima da diferenciação sugerida por Walter Mignolo entre a crítica a partir de dentro do Eurocentrismo — o que Enrique Dussel chamou de “crítica eurocêntrica da modernidade” — e a crítica articulada a partir da diferença colonial, ou “abordagens decoloniais” (Ver: Mignolo 2008, 234, 256-257).





crítico da posição ambivalente do intelectual colonizado, preso entre a experiência da colonização e o modo de pensamento ocidental/eurocêntrico ao qual está inevitavelmente atrelado devido à sua educação (Fanon 1963/2004). Nesse âmbito, ainda que tanto o julgamento obstinado de Fanon sobre o intelectual colonizado quanto a fé de Said na figura do intelectual diaspórico possam parecer precipitados, a suspeita do primeiro em relação à tentação provocada pela proximidade dos valores ocidentais é certamente digna de nota. Tal suspeita indica uma dimensão importante para compreender a relação desigual entre o intelectual e as “massas” de sujeitos subalternos (trabalhadores migrantes, mulheres — especialmente não-ocidentais —, camponeses etc.) que afirma representar. No entanto, o ponto de Said sobre a importância de se pensar além das questões de “sobrevivência”, em contextos de agitação política e lutas pela libertação, é também relevante. Na sua percepção, o intelectual deve ter sempre em mente as implicações ético-políticas de seu posicionamento em relação a movimentos e lutas sociais, o que inclui também reflexões acerca da dominação e tirania que podem emergir de locais antes marginais às esferas de poder. Portanto, a necessidade de se adotar uma atitude “irônica” contra *toda* e qualquer forma de tirania e dominação, mesmo aquelas transvestidas de resistência (Said 2001).

Assim, outra dimensão chave da mundanidade que Said enfatiza se traduz na adoção de uma postura voltada para o objetivo ético-político de colocar o conhecimento, antes de tudo, a serviço da humanidade e, portanto, para além de espaços privilegiados da academia, da política institucional e do conhecimento ocidental. O ponto aqui não é que todos devem abraçar o papel de ativistas políticos, no sentido tradicional do termo. Relaciona-se mais com o valor ético-político por trás de um exercício constante de crítica, que permaneça vigilante contra o solipsismo e o “conhecimento sinóptico” — que, como alerta Sankaran Krishna (1993), são sintomáticos na ética da alteridade adotada por abordagens críticas, excessivamente focadas em textualidade, e em práticas de representação e de significação e desatentas à fisicalidade da violência nas relações internacionais e globais.

Logo, se por um lado a abordagem de Said em relação à cultura por vezes faz parecer que discursos dominantes são incapacitantes *ad infinitum* em sua persistência e replicação, por outro lado, se levarmos em conta sua compreensão desses discursos como também limitados diante da complexidade da experiência social, tem-se que, ao tentar suprimir essa complexidade, a cultura hegemônica na verdade leva ao surgimento e fortalecimento de espaços para imaginação de





ordens alternativas e oposição. Há aqui, portanto, uma conexão com a política de esperança de que fala Dauphinee (2013c). A esperança em relação à transformação — e à possibilidade de desempenhar um papel significativo, ao menos na análise e previsão dessas transformações — é uma característica importante do “reencantamento” diante dos múltiplos mundos da política internacional e global, que tem, atualmente, movido abordagens críticas (onde incluem-se os enfoques narrativos) em RI. No entanto, a questão remanescente e dificuldade maior aqui é se essas esperanças podem se traduzir em plataformas concretas e “recursos para as vozes de dentro e de fora da academia que lutam em múltiplas frentes contra as crescentes forças do autoritarismo” (Giroux 2004, 345).

Nesse âmbito, como estudiosos e estudiosas afeitos a essa abordagem (para alguns, metodologia) alternativa têm apontado, com a promessa de uma RI mais inclusiva, surgem também os perigos de transformar essa “virada narrativa” numa romantização das vozes e subjetividades subalternas e em gestos pautados mais na culpa intelectual do que no desejo (e coragem) de abrir espaços para diálogos genuínos e visões de mundo diferentes ou mesmo opostas (Muppidi 2013). A linha entre a potencial transformação e democratização dos espaços de produção do conhecimento e meros “exercícios de autoindulgência”, excessivamente focados no “pessoal e confessional sem um motivo político sustentado”, (Dauphinee 2013a) é, portanto, tênue.

Narrativas na sala de aula: reflexões sobre abordagens narrativas e o lugar do “eu” nas RI

O recente movimento em direção a abordagens narrativas em RI parte do pressuposto de que a atenção à questão da narrativa pode contribuir com movimentos críticos acerca dos lugares comuns e vozes autorizadas dentro da disciplina. Iluminam-se aspectos importantes que perpassam a dimensão poder-conhecimento, abrindo espaço para possibilidades de crítica e reimaginação do campo e seus objetos de estudo. Em sala de aula, é notável a excitação quase que espontânea dos alunos e alunas quando menciono abertamente a questão da narrativa — antes apenas um “fantasma” assombrando o campo das RI —, suas possibilidades de uso, estratégias já empregadas por autores e autoras renomados e o recurso a estilos de escrita não comprometidos com jargão acadêmico ou com uma divisão mente-mundo/pesquisador(a)-objeto. Obviamente, cabe aqui uma





qualificação dessa excitação, já que as reações tendem a variar de curiosidade a suspeita, e de aprovação a resistência.

As experiências, brevemente descritas a seguir, foram originalmente pensadas como atividades complementares, visando tornar aulas de metodologia da pesquisa mais atraentes e, esperançosamente, aproximar assim alunos de seus temas de pesquisa em RI — que, como sabemos, é um campo de estudos propenso a teorias e questionamentos por vezes desconectados das realidades de seus sujeitos e contextos. Além das discussões em sala, pautadas pela questão da narrativa na vida acadêmica, os alunos de graduação, matriculados no curso de Metodologia das RI II — cuja ementa foca em abordagens metodológicas pós-“virada reflexivista” no campo das RI (Jackson 2011; Luleci, Sula 2016) — foram incentivados a realizar duas atividades: uma individual e não-presencial e a outra coletivamente, em sala de aula. Para a primeira atividade, os alunos foram solicitados a fazer uma análise crítica (a ser documentada e entregue no formato de uma resenha) das estratégias narrativas adotadas no livro *The Politics of Exile* [2013] e refletir sobre suas possíveis implicações metodológicas e políticas (!), considerando a pesquisa em RI. A segunda atividade, por seu turno, tratou-se de uma roda de discussão em sala, na qual os alunos foram incentivados, em primeiro lugar, a falar sobre “o lugar do ‘eu’ nas RI” e, em segundo lugar, articularem sobre as conexões e desconexões entre suas experiências pessoais e a escolha do tema de seus projetos de pesquisa.

De modo geral, a primeira atividade foi marcada por duas grandes tendências. De um lado, alunos simplesmente maravilhados com a trajetória da protagonista do livro de Dauphinee — cuja história gira em torno da vida e dos questionamentos de uma jovem professora, depois que ela conhece um homem misterioso, ex-soldado sérvio na Guerra da Bósnia, que não apenas incorpora seu objeto de pesquisa, como também carrega uma perspectiva alternativa acerca dos acontecimentos aos quais ela dedicou toda sua carreira acadêmica. Como brilhantemente observado por uma aluna, uma interpretação possível é entendê-la como o processo pelo qual uma pesquisadora se torna “reflexivista”, mediante o encontro com seu objeto de estudo — e, pode-se acrescentar, com seus próprios limites. De outro lado, outra tendência observada foi de estudantes que se atentaram mais especificamente ao relacionamento pessoal entre a professora e o ex-combatente sérvio. Um número relativamente pequeno de estudantes confessou também certa dificuldade em conectar a narrativa do livro às RI como campo do conhecimento. Para esses estudantes, ao que parece, os eventos narrados pela protagonista se desdobraram





como uma realidade encerrada, um caso particular, não necessariamente conectado ou sintomático na tarefa de pensar/fazer/escrever a política internacional. Nesse sentido, um comentário memorável feito por uma aluna chamou atenção para como os temas e objetos de pesquisa em RI aparecem como uma “realidade distante” e, nas suas palavras, algo “externo e dificilmente acessível, especialmente para estudantes de graduação *como nós!*”. Mesmo que a aluna não tenha desenvolvido a frase para além disso, o tom pessimista só pode nos levar a supor que o “nós” ali se referia a “estudantes de graduação que cresceram no interior do Brasil”, “estudantes do sul global” ou, talvez, “estudantes de graduação ainda iniciantes nas reflexões sobre política internacional e global”. Nesse mesmo sentido, outra aluna — talvez menos pessimista — apontou que, após a leitura, estava convencida de que é possível simpatizar com “outros distantes” e, assim, pensar nesses outros enquanto sujeitos, indivíduos com trajetórias complexas de vida e não simplesmente objetos de estudo.

A segunda atividade focou na temática “o lugar do ‘eu’ nas RI” — inspirado no subtítulo do livro editado por Naeem Inayatullah em 2011, “*Autobiographical International Relations — I, IR*”. Solicitou-se aos alunos que refletissem previamente sobre sua conexão com seus respectivos temas de pesquisa e sobre a relação entre suas experiências de vida e a escolha por estudar RI em geral. Para essa atividade, decidi ser a primeira a falar para “quebrar o gelo” e possivelmente transmitir confiança e empatia ao grupo. Aqui também os resultados foram diversos em todas as três vezes em que esse modelo específico de aula foi ministrado (a diferentes grupos de graduandos). Notadamente, os alunos se mostraram mais propensos a compartilhar suas reflexões com os demais colegas quando já havia um vínculo claro entre a maioria, ou seja, um “sentimento de grupo” operando anteriormente à dinâmica. Em todas as três sessões, houve um equilíbrio no número de estudantes que conseguiram articular ideias sem recorrer ao jargão acadêmico e aqueles que tiveram que mobilizar conceitos e teorias de RI para explicar suas escolhas de pesquisa e fazerem sentido da conexão entre sujeito e objeto a partir de suas experiências individuais. Nesse âmbito, a maior parte daqueles do segundo caso mencionou não visualizar uma conexão direta entre sua experiência de vida e a escolha por RI como profissão ou tema de pesquisa. Os que tiveram maior sucesso em expor o que pensavam ser o seu “eu” nas “RI” também tendiam a fazer menção ao fato de que expor suas reflexões aos colegas havia sido mais útil que embaraçoso e um bom exercício de motivação para prosseguir com seus projetos. É relevante mencionar ainda que um número





de alunos articulou ideias em torno da percepção de que a escolha por estudar/pensar RI seria uma maneira de escapar de suas histórias de vida — posto que muitos conectavam a ideia de “internacional” com o objetivo de ir para longe de casa. Em uma das seções, um aluno mencionou que após a reflexão orientada parecia mais simples pensar em RI como algo mais “palpável”, “menos distante” e para além da imagem de uma disciplina acadêmica formal. Por fim, muitos também conectaram a escolha de RI e até do tema de pesquisa à ideia de futuro sucesso profissional — e, curiosamente, a ideia de “sucesso” foi constantemente relacionada com viver e trabalhar no exterior.

Evidentemente, um número (ainda que pequeno) de estudantes adotou uma atitude mais cética — ou mesmo indiferente — em relação ao papel da narrativa na pesquisa e na escrita acadêmica. Entretanto, durante e após cada uma das atividades, a maioria dos estudantes envolvidos relatou, de diferentes formas, maior consciência de sua situação (alguns chamariam de “posicionalidade”) enquanto aluno(a)s de RI e, com isso, uma percepção mais aguçada dos aspectos mais “mundanos” — para usar a terminologia adotada nesse artigo — da disciplina.

Conclusão

Este artigo teve como objetivo explorar algumas das implicações epistemológicas e metodológicas — e, sem dúvida, ontológicas — de se levar em conta a questão da narrativa no estudo das relações internacionais. A discussão desenvolvida por Said sobre a “mundanidade dos textos” ajudou a destacar a conexão entre texto e contexto e a entender os tipos de lacunas que estudiosos, recorrendo a abordagens narrativas, estão tentando preencher.

A concepção da teoria de RI e da consolidação da própria disciplina como um “conjunto de histórias” que contamos sobre o mundo (Weber 2001, 129-30) aparece como pressuposto fundamental para aqueles atentos aos aspectos discursivos da política mundial e usos de abordagens narrativas em RI. Nesse sentido, como argumentado por Shapiro há mais de três décadas, o que está em jogo nessa “virada” narrativa é nada menos que “uma mudança no autoconhecimento que constitui o campo da análise social e política”, na qual “[p]arte do que deve ser rejeitado é a distinção radical entre o que se definiu como os gêneros de ficção e científico de escrita” (Shapiro 1988, 7 apud Wibben 2011, 46). Assim, pode-se concluir que uma atenção às formas como narrativas constroem e influenciam o





mundo das relações internacionais e, de maneira relacionada, uma ênfase mais clara em abordagens narrativas das RI levantam questões importantes acerca da política de representação no campo: o que é admitido como objeto dos estudos internacionais e globais (ou seja, qual é o mundo dos assuntos internacionais)? Como (e quais) episódios, vozes e práticas passam então a ser considerados relevantes no mundo da disciplina? De maneira mais geral, buscou-se demonstrar como esforços de repensar esses aspectos reorientam e complicam não apenas a maneira como se entende o funcionamento da política internacional, mas também a própria prática de narrar o internacional e o global como dimensões politicamente relevantes.

Referências

- Bartelson, Jens. 1995. *A Genealogy of Sovereignty*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brigg, Morgan; Bleiker, Roland. 2010. Autoethnographic International Relations: Exploring the Self as a Source of Knowledge. *Review of International Studies*, 36 (3), p. 779-798.
- Cambell, David. 1992. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Campbell, David; Bialasiewics, Luiza; Elden, Stuart; Graham, Sthephen; Jeffrey, Alex; Williams, Alison J. 2007. Performing Security: the imaginative geographies of current US strategy. *Political Geography*, n. 26, p. 405-422.
- Cohn, Carol. 1987. Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals. *Signs*, vol. 12 (4), p. 687-718.
- Dauphinee, Elizabeth. 2013a. Critical Methodological and Narrative Developments in IR: a Forum. Available at: < <https://thedisorderofthings.com/2013/03/12/critical-methodological-and-narrative-developments-in-ir-a-forum/> > . Accessed on 11 Nov 2016.
- Dauphinee, Elizabeth. 2015. Narrative Engagement and the Creative Practices of International Relations. In Steele, Brent J.; Amoureux, Jack (eds.). *Reflexivity and International Relations: Positionality, Critique, and Practice*. London and New York: Routledge, p.44-60.
- Dauphinee, Elizabeth. 2010. The Ethics of Autoethnography. *Review of International Studies*, vol. 36, n. 3, p. 799-818.
- Dauphinee, Elizabeth. 2013b. *The Politics of Exile*. London and New York: Routledge.
- Dauphinee, Elizabeth. 2013c. Writing as hope: Reflections on The Politics of Exile. *Security Dialogue*, 44(4), p. 347-361.





- Der Derian, James; Shapiro, Michael (eds.). 1989. *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics*. Lexington, MA: Lexington.
- Doty, Roxanne Lynn. 2010. Autoethnography — Making Human Connections. *Review of International Studies*, 36(3), p. 1047-1050.
- Doty, Roxanne. 2004. Maladies of Our Souls: Voice and the Writing of Academic International Relations. *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 17, 2, p. 377-392.
- Enloe, Cynthia. 2014. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press, 2a ed.
- Enloe, Cythia. 2004. *The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Fanon Frantz. 1963/2004. *The Wretched of the Earth*. Richard Philcox (Transl.). New York: Grove Weidenfeld.
- Foucault, Michel. 1984. What is an Author? In Rabinow, Paul (ed.). *The Foucault Reader*. New York: Pantheon Books, p. 101-120.
- Giroux, Henry A. 2004. Edward Said and the Politics of Worldliness: Toward a “Rendezvous of Victory”. *Cultural Studies/Critical Methodologies*, 4 (3), p. 339-349.
- Henderson, Errol A. 2013. Hidden in Plain Sight: Racism in International Relations Theory. *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 26/1, p. 71-92.
- Inayatullah, Naeem. 2011. Falling and Flying: an Introduction. In *Autobiographical International Relations — I, IR*. London and New York: Routledge, p. 1-12.
- Inayatullah, Naeem. 2013. Foreword. In Dauphinee, Elizabeth. *The Politics of Exile*. London and New York: Routledge, p. viii-x.
- Inayatullah, Naeem; Blaney, David. 2004. *International Relations and the Problem of Difference*. New York and London: Routledge.
- Inayatullah, Naeem; Dauphinee, Elizabeth. 2016. Permitted Urgency — a Prologue. In *Narrative Global Politics — Theory, History and the Personal in International Relation*. London and New York: Routledge, p. 1-4.
- Jackson, Patrick Thaddeus. 2011. *The Conduct of Inquiry in International Relations*. London and New York: Routledge.
- Krishna, Sankaran. 2015. A Postcolonial Racial/Spatial Order: Gandhi, Ambedkar, and the Construction of the International. In Anievas, Alexander; Manchada, Nivi; Shilliam, Robbie. (eds). *Race and Racism in International Relations — Confronting the Global Colour Line*. London and New York: Routledge, p. 139-156.
- Krishna, Sankaran. 2009. *Globalization and Postcolonialism — Hegemony and Resistance in the Twenty-First Century*. Maryland: Rowman & Littlefield.
- Krishna, Sankaran. 1993. The Importance of Being Ironic: A Postcolonial View on Critical International Relations Theory. *Alternatives* 18, p. 385-417.





- Luleci, Cagla; Sula, I. Erkam. 2016. Survival 'Beyond Positivism'? The Debate on Rationalism and Reflectivism in International Relations Theory. *Politikon Journal of Political Science*, vol.30, p. 43-55.
- Mandaville, Peter. 2011. Cosmography Recapitulates Biography: An Epilogue. In Inayatullah, Naeem (ed.). *Autobiographical International Relations — I, IR*. London and New York: Routledge, p. 196-203.
- Mayer, Frederick. 2017. Why Stories are Powerful Spurs to Political Action. Available at: < <http://www.scholarsstrategynetwork.org/brief/why-stories-are-powerful-spurs-political-action> > . Accessed on 7 Jun 2017.
- Mignolo, Walter. 2008. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. In Moraña, Mabel; Dussel, Enrique; Jáuregui, Carlos A. (eds.) *Coloniality at Large — Latin America and the Postcolonial Debate*. Durham & London: Duke University Press, p. 225-258.
- Milliken, Jennifer. 1999. The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods. *European Journal of International Relations* , v. 5, n. 2, p. 225-254.
- Moulin Carolina. 2016. Narrative. In Mhurchú, Aoileann Ní; Shindo, Reiko (eds). *Critical Imaginations in International Relations*. London and New York: Routledge, p.136-152.
- Muppidi, Himadeep. 2013. Reflections on Narrative Voice. Available at: < <https://the-disorderofthings.com/2013/03/23/reflections-on-narrative-voice/> > . Accessed on: 7 May 2017.
- Park-Kang, Sungju. 2015. Fictional IR and Imagination: Advancing Narrative Approaches. *Review of International Studies*, v. 41, n. 2, p. 361-381.
- Said, Edward. 2001. Beginnings. In: Viswanathan, Gauri (ed.). *Power, Politics, and Culture — Interviews with Edward W. Said*. New York: Vintage Books, p. 3-38.
- Said, Edward. 1978. *Orientalism*. New York: Vintage Books.
- Said, Edward. 1983. *The World, the Text and the Critic*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Sartre, Jean Paul. 1963/2004. Preface. In Fanon, Frantz. *The Wretched of the Earth*. Richard Philcox (Transl.). New York: Grove Weidenfeld, p. xliii-lxii.
- Shapiro, Michael. 1989. Textualizing Global Politics. In Der Derian, James; Shapiro, Michael (eds.). *International/Intertextual Relations — Postmodern Readings of World Politics*. New York: Lexington Books, p. 11-22.
- Shindo, Reiko. 2012. Rethinking Community: Translation Space as a Departure from Political Community. *International Political Sociology*, 6, p. 149-164.
- Smith, Linda Tuhiwai. 1999. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous People*. London & New York: Zed Books.





- Suganami, Hidemi. 2008. Narrative Explanation and International Relations: Back to Basics. *Millennium — Journal of International Studies*, v. 37, n. 2, p. 327-356.
- Vitalis, Robert. 2005. Birth of a discipline. In Long, David; Schmidt, Brian C. (eds.). *Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations*. New York: SUNY Press, p. 159-181.
- Vrasti, Wanda. 2010. Dr. Strangelove or How I Learned to Stop Worrying about Methodology and Love Writing. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 39, n. 1, p. 79-88.
- Vrasti, Wanda. 2017. Ethnography/Autoethnography/Autobiography. In Guillaume, Xavier; Bilgin, Pinar (eds.). *Routledge Handbook of International Political Sociology*. London/New York: Routledge, p. 272-280.
- Walker, Rob B. J. 1993. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Weber, Cynthia. 2009. *International Relations Theory: A Critical Introduction*. London and New York: Routledge, 3a ed.
- Wibben, Annick T.R. 2011. *Feminist Security Studies: A Narrative Approach*. New York: Routledge.

